

A Velha Magra da Ilha de Luanda, de Emílio de San Bruno e a memória silenciada do nativismo e do degredo na colonização de Angola

Alberto Oliveira Pinto*

Resumo

Oitenta anos depois da publicação de **A Velha Magra da Ilha de Luanda**. Cenas da vida colonial, de Emílio de San Bruno, pretendemos mostrar, pela análise deste romance, escrito e publicado em Portugal em 1929 e versando sobre Angola no século XIX, como é que uma obra literária pode servir a operação de silenciamento da memória colectiva e, ao mesmo tempo, romper os silêncios da história. Os silêncios em causa são os que impendem sobre a memória do nativismo e do degredo na colonização de Angola.

Palavras-chave: Literatura Colonial; História; Memória; Angola; Nativismo; Degredo.

Emílio de San Bruno e o silenciamento da memória do nativismo e do degredo

O oficial de marinha Filipe Emílio de Paiva (Lisboa, 1871-1954), sob o pseudónimo literário de Emílio de San Bruno, é o autor de cinco romances de temática exótica sobre o espaço colonial português: **Zambeziana**. Cenas da vida colonial (Moçambique), Lisboa, 1927; **O caso da Rua Volong** (Macau), Lisboa, 1928; **A Velha Magra da Ilha de Luanda**. Cenas da vida colonial (Angola), Lisboa, 1929; **Gadir e Maurítânia** (Norte de África), Lisboa, 1930; **Isabel Cá-Nhó-Bá** (Cabo Verde), Lisboa, 1932 (GOMES e CAVACAS, 1997, p. 125). Os três primeiros passaram pelo Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias, nas edições dos anos em que foram publicados, sendo **Zambeziana**.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Cenas da vida colonial galardoado com o 2º prêmio em 1927 (PINTO, 2002). Este romance, versando sobre a decadência dos “prazeiros” da Zambézia no dealbar do último quartel do século XIX, viria a ter edição moçambicana em 1999 por iniciativa do Arquivo Histórico de Moçambique, contando com uma introdução histórica de José Capela e um comentário crítico de Fátima Mendonça.

O objeto deste estudo é **A Velha Magra da Ilha de Luanda**, romance que o autor veio a publicar dois anos depois de **Zambeziã** e que, além de com esse coincidir na paratextualidade do subtítulo, “Cenas da vida colonial” – o que denuncia, à partida, uma estratégia de autolegitimação do texto de propaganda colonialista (NOA, 2002, p. 365-373) –, tem a particularidade de a ação decorrer pela mesma época, mas no território angolano. Cremos de somenos importância trazer para este lugar a questão, suscitada por Fátima Mendonça no comentário crítico a **Zambeziã**, da distinção entre narrativa exótica e narrativa colonial (MENDONÇA, 1999, p. xii), preferindo partir da conclusão, por nós já retirada em trabalho anterior (PINTO, 2002), de que a narrativa de literatura colonial, mesmo que legitimadora da “superioridade” europeia e da ação “civilizadora” do colonizador sobre o colonizado – que alguns autores designam por “literatura de exotismo ideológico”, por contraposição a “literatura de exotismo estético” (TRIGO, 1986, p. 129-146) –, surge sempre impregnada de elementos de exotismo no sentido da representação, negativa ou positiva, da alteridade, seja ela a da natureza ou a humana. (MOURALIS, 1982, p. 71-173)

Interessa-nos antes evidenciar, em **A Velha Magra da Ilha de Luanda**, o confronto entre o seu tempo diegético, o de uma Angola a menos de um ano da Conferência de Berlim (1884/85), e o tempo em que o romance é escrito e publicado em Portugal, ou seja, mais de meio século depois, às vésperas da aprovação do Ato Colonial (1930), o documento jurídico de valor constitucional que regulou a política colonial do Estado Novo salazarista. Embora a narrativa faça frequentemente referência a acontecimentos autênticos e nela intervenham por diversas vezes personagens reais, não consideramos **A Velha Magra da Ilha de Luanda** um romance histórico, uma vez que nem o defasamento cronológico entre o enredo e o ato da escrita chega a atingir os sessenta anos, conforme o convencionaram alguns investigadores (MARINHO, 1999, p. 11-14), nem a ação decorre num período anterior ao nascimento do autor. Podemos, no entanto, entender que se trata de um romance que, organizando a memória colonial através da ficção, tanto serve a operação de vigilância dos governantes sobre os meios de produção da memória, exercida em função dos interesses conjunturais de legitimação do sentido da história (LE GOFF, 2000, p. 58), quanto contribui para

a ruptura dos mesmos silêncios da memória e da história impostos pelo poder político. (FERRO, 1989, p. 37-40)

Observamos que, se no tempo em que decorre a ação do romance se esboçavam as categorias sócio-raciais em que o discurso colonial português dividiria os residentes em Angola e os próprios angolanos – as autoridades político-administrativas, os colonos, os assimilados, os mestiços e os indígenas –, às vésperas do Ato Colonial, em 1929, o mesmo discurso colonial português procura silenciar a memória e apagar da história duas outras categorias que com aquelas se confundiram ou com elas se relacionaram: os nativistas e os degredados. Os primeiros, os nativistas, dos quais faziam parte quer colonos, quer naturais do território, reivindicando uma identidade “angolense” expressa sobretudo nos múltiplos periódicos publicados em Luanda ao longo de todo o século XIX e ainda no primeiro quartel do século seguinte, haviam-se eles próprios autossilenciado em consequência da política repressiva das duas administrações de Norton de Matos, entre 1912 e 1915 e entre 1921 e 1924, supressora da imprensa livre. Quanto aos degredados, embora constituíssem ainda a maioria da população branca de Angola, já tinham sido perseguidos pelo mesmo governador e alto-comissário e eram agora vistos como elementos perniciosos junto dos colonos, cujo número ia gradualmente aumentando. Tornaram-se, por isso, objeto de anatemiação por parte da sociedade portuguesa num tempo em que, com António de Oliveira Salazar (1889-1970) no Governo desde 1928, ano que antecede o da publicação do romance, iam longe as perspectivas de Silva Ferrão em 1856, de Calheiro de Menezes em 1861 e de Rebelo da Silva em 1869, que viam na colonização penal um fator de reabilitação moral dos criminosos e de civilização dos africanos (BENDER, 1980, p. 115-122). Preparava-se agora a abolição do degredo de condenados metropolitanos para Angola, que viria a ser consagrada no Decreto Nº 20877 de 2 de Fevereiro de 1932 (BENDER, 1980, p. 139-141). O degredo já era, portanto, em 1929, uma realidade que, a par do nativismo – e tal como antes acontecera com o tráfico de escravos e com a escravatura –, o discurso político português, a historiografia e a literatura que o serviam visavam silenciar.

Ainda assim, Emílio de San Bruno não hesitou, no seu romance, em mostrar os degredados de Angola e mesmo em transformar alguns deles em heróis. Talvez seja essa, aliás, a razão pela qual **A Velha Magra da Ilha de Luanda** não teve, na edição do Concurso de Literatura Colonial de 1929, a mesma sorte que coubera dois anos antes a **Zambeziãna**. Pelo menos é o que podemos entrever nas palavras do agente geral das colônias, Armando Zuzarte Cortesão, o qual, havendo

em 1927 elogiado o escritor e considerado **Zambeziana** um acontecimento inédito na literatura portuguesa por se tratar, em seu entender, de um romance caracteristicamente colonial, declarava agora, com algum laconismo, que o fato de **A Velha Magra da Ilha de Luanda** não ter recebido nenhuma distinção “não significa que valha menos do que os [outros livros do autor] anteriormente escritos e premiados, mas tão somente que as circunstâncias deste concurso foram diferentes das dos precedentes.” (CORTESÃO, 1930)

Mas, em contrapartida, como também verificaremos, Emílio de San Bruno procede igualmente a uma operação retórica subtil que terá escapado aos seus julgadores: se, por um lado, a sua ficção evidencia os nativistas e os degredados, por outro conseguirá mostrar como, do seu ponto de vista, o descrédito e o silenciamento a que uns e outros foram votados se revelará benéfico para o prestígio da colonização portuguesa em Angola.

O tempo colonial angolano do século XIX no romance exótico do século XX e o(s) duplo(s) do narrador na definição do espaço e das personagens

Conforme muito acertadamente o reconhece o jovem guarda-marinha Paulo, Angola encontra-se, no ano de 1884, ainda sem as fronteiras definidas, com “alemães ao sul... franceses e belgas ao norte... ingleses a oeste” (SAN BRUNO, 1929, p. 35), pois os limites geográficos da colônia só ficariam definitivamente demarcados em 1928, ao fim de um longo processo de negociações internacionais que se prolongaria após a Conferência de Berlim. (GONZAGA, 1968, p. 9-13)

Tal como noutros romances de Emílio de San Bruno, designadamente **Zambeziana** e **Gadir e Mauritània**, a personagem Paulo desembarca, na qualidade de oficial de marinha, num espaço geográfico que desconhece, neste caso o angolano, e intervém como um duplo do narrador, sendo o principal observador e transmissor quer da heterogeneidade das representações exóticas desse espaço, quer do percurso enigmático da protagonista, a **Velha Magra da Ilha de Luanda**, a cuja reconstituição vai procedendo por um processo narrativo que assume um carácter de inquérito quase policial. Integrado na tripulação da canhoneira Douro, Paulo visita a cidade de Luanda e a ilha homónima, onde toma contato com uma mulher branca de idade indefinida aí instalada como lavadeira, que é venerada pelos pescadores e madrinha da maioria dos seus filhos batizados na Igreja de Nossa Senhora do Cabo (SAN BRUNO, 1929, p. 32-144). A bordo da mesma canhoneira, uma das muitas que patrulham a costa angolana, percorre nos dois sentidos o rio Congo/Zaire, desembarcando nas suas margens e na povoação

da embocadura, Santo António (Soyo), assim como mais ao norte, no porto e no interior de Cabinda, onde fica inteirado das aventuras vividas em tempos pela Velha Magra nesses locais (SAN BRUNO, 1929, p. 145-202). Finalmente, destacado para outra canhoneira, a Vouga, segue para o sul, para Moçâmedes, onde indiretamente recolhe informações que lhe permitem levantar o véu que encobre o passado dessa mulher. (SAN BRUNO, 1929, p. 238-316)

Acrescente-se a propósito que, ao longo do mesmo périplo, que ocupa a grande maioria das páginas do romance, particularmente nos capítulos relativos a Luanda e a Moçâmedes, Paulo, duplo do narrador, reconstrói igualmente o percurso daquela que, como veremos adiante, representa o duplo da protagonista, a jovem Muximinha, que aliás é o elemento verdadeiramente motivador da curiosidade do jovem guarda-marinha, mercê da paixão que lhe inspira. São, pois, os duetos Narrador/Paulo e Velha Magra/Muximinha que permitem ao leitor inteirar-se do espaço geográfico angolano, físico e socializado, em três regiões distintas do litoral: o norte – Cabinda e Congo –; o centro – Luanda e Ilha, podendo ainda acrescentar-se Novo Redondo, de onde Muximinha é natural, e Benguela, por diversas vezes mencionada –, e o sul – Moçâmedes.

Outras personagens, contudo, contribuem igualmente para a narrativa, prestando informações importantes a Paulo, dentre as quais destacamos duas: o doutor Louva-a-Deus, inicialmente médico de bordo da mesma canhoneira Douro e mais tarde da Vouga, e Scholtz, um português de origem alemã que é imediato da canhoneira Douro durante os capítulos passados em Luanda, retirando-se depois para Portugal. Tratando-se de dois militares já com longa experiência em território angolano, essas duas figuras são as que melhor descrevem e caracterizam três das categorias sócio-raciais mais relevantes da Angola colonial do final do século XIX e primeiro quartel do século XX: os indígenas, os civilizados – futuros assimilados – e os degredados.

Do mesmo modo que tudo nos leva a crer que a personagem que, no Capítulo VII, menciona o barão de Cabinda durante a festa no Palácio do Governador é Francisco António Pinto, o jurista português que, depois de ter sido, durante o ano de 1877, juiz da comarca de Ambaca, realiza, em 1882, um relatório – a partir do qual proferirá, mais tarde, em Lisboa seis conferências das quais resultará o livro **Angola e Congo** (PINTO, 1888) – onde preconiza a ocupação do Zaire e a aliança dos portugueses com os cabindas, sendo provavelmente o redator dos textos dos tratados de protetorado a pedido do governador Ferreira do Amaral (1882-1886), também o chamado doutor Louva-a-Deus – “por sempre o verem com os longos braços traçados sobre o ventre magro, numa posição de abandono e desânimo,

e com as compridas pernas cruzadas, quieto, encurvado sobre si, melancólico e silencioso” (SAN BRUNO, 1929, p. 33) – é, com toda a probabilidade, outra figura real que, a par de Francisco António Pinto, viria a fixar a história de Cabinda e a fazer dos cabindenses os bons selvagens dos portugueses, conforme o demonstrámos noutra lugar (PINTO, 2006, p. 113-154). Referimo-nos a João de Matos e Silva, que efetivamente navegou durante anos como médico de bordo da armada portuguesa, encontrando-se mesmo, a 1 de Fevereiro de 1885, entre os oficiais de marinha que assistiram à assinatura, pelo capitão Guilherme Augusto de Brito Capelo, em Simulambuco, do tratado de protetorado com os representantes das principais linhagens de Cabinda. Viria a instalar-se na povoação de Cabinda, antigo Porto Rico, em 1887, onde viveria durante nove anos na qualidade de delegado de saúde, até regressar a Portugal e redigir, em 1900, o longo ensaio “Contribuição para o Estudo da Região de Cabinda”, que a Sociedade de Geografia de Lisboa publicaria quatro anos depois. (SILVA, 1904)

O doutor Louva-a-Deus – aqui apresentado anacronicamente como já havendo sido delegado de saúde em Cabinda (SAN BRUNO, 1929, p. 141), o que só aconteceria em 1887 – antecipa, nas suas preleções, o livro de João de Matos e Silva – decerto lido mais tarde pelo autor em Lisboa –, ao descrever os homens de Cabinda como dóceis e amigos dos portugueses e ao atribuir-lhes falaciosamente a paixão pelo mar e a vocação inata para serem marinheiros, o que na verdade mais não foi do que a consequência de fenômenos sociais que forçaram os cabindenses a migrar para os centros urbanos e a submeterem-se, nos navios e nos portos coloniais, aos trabalhos mais pesados e por vezes mais degradantes. Todo o romance se encontra, de resto, salpicado de figurantes cabindas, considerados meio civilizados só por servirem aos portugueses, precisamente naqueles ofícios que João de Matos e Silva enumera na sua obra como sendo pretensamente os seus preferidos: marinheiros – na realidade remadores de baleeiras –, alfaiates – alegadamente para imitarem o vestuário ocidental –, lavadeiros – seguindo o mito colonial de se tratarem de negros mais asseados do que os outros –, criados de quarto e cozinheiros (SILVA, 1904, p. 158-161). Na descrição de um baile perto de Povo Grande, o duplo do narrador de Emílio de San Bruno, Paulo, não hesita em ridicularizar um bailarino cabindense que dança envergando a farda de oficial da marinha portuguesa (SAN BRUNO, 1929, p. 145), à semelhança do que viria a ser instituído mais tarde entre os cabindas no Carnaval de Luanda.

Mas mais surpreendente é a transcrição literal de um texto de João de Matos e Silva a respeito da mulher de Cabinda, designada pelo reducionismo “a cabindinha”, que Emílio de San Bruno coloca ostensivamente na boca do doutor Louva-a-Deus:

"na rapariga cabinda encontram-se com frequência figuras esbeltas, corpos modelados com elegância sem auxílio de espartilhos (...) verdadeira mulher que chamaríamos formosa se não fora a cor e a carapinha. (...) A mulher entrada há pouco na puberdade, de cor poucas vezes bem preta, geralmente castanho escura (...) o pescoço, proporcionado ou antes um pouco desenvolvido, termina-se por uma cabeça pequena, pouco dolicéfala ou arredondada, de orelhas curtas e delgadas, de nariz pouco achatado (às vezes perfeitamente caucásico, pequeno e proeminente), de lábios não grossos, não raro mesmo bastante finos, sobretudo o superior, de ângulo facial pouco obtuso, regiões malares pouco salientes, olhos grandes, rasgados, em amêndoa como vulgarmente se diz, pálpebras delgadas, bem guarnecidas de compridas pestanas sedosas, sobrancelhas acentuadas, curvas, e testa quase sempre curta mas de bossas frontais apreciáveis". (SAN BRUNO, 1929, p. 138-139 e SILVA, 1904, p. 14 – grifos nossos)

Tal como na obra de João de Matos e Silva, o eugenismo darwiniano contido neste retrato embranquecedor ou hibridista da mulher cabindense destina-se, quer mais uma vez a acentuar o estatuto dos cabindas enquanto quase civilizados que não chegam a sê-lo, quer a instigar os portugueses, pela via da erotização das mulheres africanas, a com elas se juntarem, recolhendo-as após o rito de passagem da casa das tintas, e torná-las suas "empregadas", termo correspondente a concubinas. (SILVA, 1904, p. 156, 181 e 239). San Bruno demonstra-o ao apresentar, mais adiante, um comerciante do mato – o mesmo que relatará a Paulo um episódio da vida da Velha Magra – vivendo com uma empregada cabindinha (SAN BRUNO, 1929, p. 149-152). Os cabindas são, pois, a par dos pescadores da Ilha de Luanda e da maioria dos africanos, considerados indígenas, cuja selvajaria congênita, aferida biologicamente pelo tamanho do crânio e pela cor da pele, justifica que fiquem sujeitos à disciplina de trabalho imposta pelo homem branco, sendo essa sujeição legitimada pela ação civilizadora do europeu. Mas quem são os civilizadores e os escassos negros já civilizados?

O imediato Scholtz apresenta a Paulo um africano civilizado, o jovem príncipe conguês Mupepe, proprietário de musseques em Luanda, que, por haver sido educado em colégios de Lisboa e se distinguir em Luanda como professor de piano das meninas da alta sociedade colonial, é classificado como sendo um negro “com alma branca, mais intelectual e mais educado que muitos brancos ultramarinos”. (SAN BRUNO, 1929). Mas Scholtz é quem fornece as informações mais exatas e detalhadas acerca de uma parte significativa dos

pretensos civilizadores, os degredados espalhados por toda a colônia. Dividem-se em cinco categorias: os recém-chegados da metrópole, que se encontravam temporariamente enclausurados na Fortaleza de São Miguel; os que, uma vez libertados, saíam da cidade e se tornavam comerciantes do mato; os que, embora em liberdade, se mantinham em Luanda, explorando as tabernas do Bungo, na cidade baixa; os que “já acabaram de ter por único serviço o de se apresentarem de oito em oito dias na Secretaria da Polícia, tendo ficado por aqui [Luanda] em empregos públicos existentes no papel” (SAN BRUNO, 1929); finalmente, e incluindo nesta quinta categoria negociantes, militares e alguns titulares, os que, emergindo das categorias anteriores, logravam prosperar e tornar-se a mais chique sociedade ultramarina, entre os quais se encontravam “mulheres bonitas, com um certo sabor malicioso nos olhos ladinos, que ocultam misteriosas existências passadas, e apresentáveis e conversáveis cavalheiros que também se ignora o que foram no reino”. (SAN BRUNO, 1929)

Utilizando componentes da primeira e da segunda categoria, Scholtz relata uma história respeitante a um comerciante do mato, Sebastião, que de passagem por Luanda consegue obter a tutela de Rosalinda, uma jovem degredada recém-chegada da metrópole, ganhando uma partida de cartas ao comandante da Fortaleza de São Miguel (SAN BRUNO, 1929, p. 61-63). À entrada do Palácio do Governador, identifica o porteiro, uma “figura alta, de rosto barbudo, de uma palidez lívida (...) [que] fazia sobressair sinistras magrezas de tísico nos seus ombros ossudos”, como sendo um degredado por homicídio involuntário, assim como uma criada “gorduchinha mas airosa, de olhar meigo e ingénuo, [usando] uma trança loira em monete na nuca pálida, enfeitada com um fichuzinho de renda branca” (SAN BRUNO, 1929, p. 85-86), que diz ser uma degredada por infanticídio involuntário recém-chegada a Angola.

Mas o ex-degredado que mais se distingue no romance é um tal Pires, enriquecido a fornecer água doce das cacimbas da Ilha de Luanda e do Rio Bengo aos moradores da cidade e aos navios ancorados, além de ser também criador de gado e de aves e proprietário de casas na Ingombota, em cujos pátios se realizam frequentemente kizombas – festas – onde participam europeus – entre os quais as degredadas Maria Izidora, a Camoeza, e Maria Rata – e africanos. (SAN BRUNO, 1929, p. 73 e 224). Veremos adiante como o Pires chega a ter veleidades políticas, ao candidatar-se à Câmara Municipal de Luanda aliado ao civilizado Mupepe.

A Velha Magra da Ilha de Luanda ou a degredada civilizadora

Durante o reinado de D. Luís (1861-1890), no início da década de 1870, um jovem delegado marítimo de Cascais, de origem modesta, ascende, subitamente, ao cargo de Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha e do Ultramar por influências movidas pela sua amante, a filha do general Palma, valido do rei. Impelidos pela ambição, ambos fornecem documentos secretos do Ministério, relativos a futuras concessões em Moçambique, ao secretário da Embaixada de um país estrangeiro. Tais concessões eram, decerto, feitas à Grã-Bretanha, e resultavam do projeto de negociações com esta potência já gizado em 1870 por João de Andrade Corvo – Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1871 a 1879 e da Marinha e do Ultramar de 1872 a 1877 –, mas que só em 1879 teriam consagração no texto do polémico e malgrado “Tratado de Lourenço Marques”, consistindo nas seguintes cedências aos britânicos naquela região da África oriental: isenção de impostos sobre mercadorias em trânsito por Lourenço Marques; livre navegação no rio Zambeze; cooperação naval no combate ao tráfico de escravos; livre passagem de tropas britânicas por Lourenço Marques em caso de guerra com o Transval; construção de um caminho-de-ferro ligando o Transval a Lourenço Marques (MAGALHÃES, 2000, p. 185-186). O referido país estrangeiro, cuja embaixada em Lisboa intercepta os documentos secretos é, com toda a probabilidade, a emergente Alemanha do chanceler Otto von Bismarck (1871-1890), então já tenazmente envolvida na corrida à África contra a Grã-Bretanha.

Mas a ambição da filha do general Palma era tal que, a fim de conseguir os seus intentos – não foi de excluir a hipótese de o pai ser seu cúmplice, pois uma parte considerável da corte e dos políticos portugueses opunham-se aos projetos temerários pró-britânicos de Andrade Corvo, o que aliás levou por diversas vezes o ministro a tentar pedir demissão ao chefe do governo, Fontes Pereira de Melo –, não hesitou, a troco de peças de ouro, em partilhar a alcova do diplomata germânico, com ele se encontrando num rés-do-chão das escadinhas da Penha, onde o jovem ex-delegado marítimo, surpreendendo-os após uma denúncia, estrangula mortalmente o estrangeiro. O desfecho desse drama passionai é, para os dois jovens, a condenação ao degredo para Angola – a colônia portuguesa que, então, maior número de degredados recebia, ou seja, dois terços do total de degredados exilados de Portugal, desembarcando anualmente em Luanda cerca de 130 condenados (BENDER, 1980, p. 115-123) –, ele por crime de homicídio, ela por traição à Pátria. Quais os percursos aventureiros, em Angola, dessa mulher e desse homem, cujos nomes, aliás,

jamais virão a ser revelados, sendo ela sempre designada por Velha Magra e ele por Capitão?

Começemos pela Velha Magra, a filha do general Palma. Embarcada pelo pai e pelo rei a bordo de um paquete da Empresa Lusitana – existente desde 1867 e mais tarde, em 1880, transformada em Empresa Nacional de Navegação a Vapor para a África Portuguesa (ZAU, 2005, p. 98) –, viajou encerrada voluntariamente no camarote n. 3 da 1ª classe, só saindo ao convés altas horas da noite envolta em véus, sendo secretamente vigiada, a partir de um camarote da 2ª classe, pelo postilhão real Sousa, que recebera ordem do próprio D. Luís de, ao chegar a Luanda, a acompanhar ao depósito de degredados da Fortaleza de São Miguel sem passar pela Secretaria da Polícia, com cartas de recomendação dirigidas ao comandante da fortaleza e ao governador de Angola. Porém, na noite de cacimbo em que o navio vogava ao largo do Morro das Lagostas – ligeiramente ao norte do limite da área então urbanizada de Luanda, muito próximo do atual bairro do Sambizanga –, preparando-se para ancorar defronte do antigo desembarcadouro das Portas do Mar – atual Largo Pedro Alexandrino ou da Alfândega ou dos Correios –, a jovem embuçada, oculta pela névoa, salta desesperadamente para as águas da baía, tendo a sorte de ser recolhida no dongo – canoa – do pescador muxiluanda Tangué, que a leva para a Ilha de Luanda (SAN BRUNO, 1929, p. 5-19). Perante o desaparecimento misterioso da sua protegida, o Sousa, que deveria regressar a Lisboa logo após a entrega da documentação às autoridades coloniais, sentindo-se desonrado, decide esquecer a esposa, com quem casara recentemente, e ficar em território angolano, sendo adiante o leitor informado de que se tornou funante, isto é, comerciante itinerante do interior, logrando mais tarde regressar a Lisboa bem abonado e comprar a casa modesta onde vivia (SAN BRUNO, 1929, p. 166-167). Quanto à filha do general Palma, as informações acerca da sua vida em Angola ao longo de mais de uma década vão-nos sendo fornecidas, quer por ela própria, sob a identidade de Velha Magra, quer por outras personagens, nomeadamente por um comerciante do mato português – amigo do Sousa – que o diligente guarda-marinha Paulo encontra perto de Cabinda, na povoação de Povo Grande – Nsinda – (SAN BRUNO, 1929, p. 137-185), e pelo imediato Scholtz (SAN BRUNO, 1929, p. 78-84).

Se em 1884, às vésperas da Conferência de Berlim e do Tratado de Simulambuco, numa época em que já se encontram definidas as fronteiras entre os territórios belga e português, o referido comerciante do mato se encontra instalado no Povo Grande, vivendo com uma empregada cabindense e obtendo dos bakongo borracha, marfim e cera em troca de produtos europeus tais como espelhos, louça,

talheres de prata, peças de roupa feminina e sabonetes aromáticos, alguns anos antes comerciara as mesmas mercadorias mais a sul, perto de Banana, na margem setentrional do rio Congo/Zaire, algures a 93 léguas da foz do Rio Mpozo, na região de Pala-Bala, integrada naquela que viria a ser a faixa de 60 km de largura pertencente ao Congo Belga que separaria de Angola o enclave de Cabinda. Por essa época, provavelmente em 1877, data da fundação do Estado Livre do Congo por Leopoldo II da Bélgica, cruzara-se nessa região com uma mulher branca ainda jovem vinda do norte, que atravessara o Mpozo numa quimbala, canoa pequena e baixa (RIBAS, 1998, p. 244), tripulada por negros, dos quais um era já idoso e levava ao colo uma criança (SAN BRUNO, 1929, p. 155-157). O negro idoso era Tangué, o pescador da Ilha de Luanda que em tempos recolhera a filha do general Palma, que outra não é senão esta mulher branca. Por ela ficamos a saber que Tangué é um fidalgo do Reino do Kongo aparentado com os Água Rosada, outrora evadido de S. Salvador (Mbanza Kongo) – certamente em 1860, quando esta antiga capital foi conquistada pelas tropas portuguesas, que expulsaram o pretendente ao trono, D. Álvaro Dongo, apoiando o seu primo, o marquês de Katende, coroado rei D. Pedro V do Kongo (PÉLISSIER, 1986a, p. 129-136) – e refugiado na Ilha de Luanda, de população originária do Reino do Kongo (CARVALHO, 1989, p. 31-63). Quanto à criança, tratava-se do jovem José Elixido Mupepe, filho do soba Cangapaka, assassinado pelos belgas, os *bula-matadi*, durante uma chacina à sua povoação, onde se atrevera a içar a bandeira portuguesa. Ou seja, a filha do general Palma, redimindo-se da traição à Pátria portuguesa praticada em Lisboa em favor dos alemães, salvava agora dos belgas um jovem príncipe kikongo e fugia com ele para Luanda, onde viria a entregá-lo aos cuidados do governador de então, que o mandaria educar – ou civilizar – em Lisboa (SAN BRUNO, 1929, p. 210). Eis, portanto, o primeiro feito notável em território angolano desta degredada portuguesa tornada heroína e agente da civilização.

Outro episódio alusivo à mesma personagem vem a ser relatado a Paulo pelo imediato Scholtz. Ainda durante a década de 1870, Scholtz deslocara-se em serviço a Novo Redondo (Sumbe), onde surpreendera o funeral de um degredado português que se dedicara à agricultura nas imediações desse presídio até falecer de biliosa. Tal como muitos outros – sobretudo após a promulgação, em 1869, do decreto do ministro Rebelo da Silva, que no intuito de atribuir aos degredados um papel na missão civilizadora das colónias a exemplo da Austrália, interditava-os de ter amantes negras ou mestiças, mas incentivava-os a levarem as esposas portuguesas, prevendo que o Estado custeasse as suas despesas (BENDER, 1980, p. 115-122; REGO, 1969, p. 115-125) –, fora expatriado para Angola na

companhia da esposa, na qual, aliás, já se reconheciam os sintomas da doença tropical que vitimara o marido. Scholtz compadece-se da sorte da filha do casal, Antônia, criança de oito anos de idade, e resolve embarcar com a mãe e com a filha num vapor com rumo a Luanda. Durante a viagem, o oficial simpatiza com uma criada de bordo que lhe cose com perícia os botões das camisas e se afeiçoa à pequena Antônia, que se revela enigmática, não apenas por se esquivar às conversas com Scholtz, mas sobretudo por se tratar de uma branca e ser conhecida entre os marinheiros cabindas por Duquesa d’Aosta. Chegado a Luanda, Scholtz entrega a mãe e a filha aos cuidados da rica proprietária mestiça Francisca Vitória – personagem decerto inspirada na famosa Ana Joaquina dos Santos Silva –, residente inicialmente no Bungo e mais tarde na Calçada do Carmo, à Ingombota. A viúva do degredado não tarda a falecer, mas a filha, Antônia, cresce em Luanda educada entre o sobradão já arruinado de Francisca Vitória – entretanto com graves dificuldades financeiras devido à supressão do tráfico de escravos, a que anteriormente se dedicara – e o Recolhimento Pio D. Pedro V, criado em 1854 – no reinado de D. Pedro V de Portugal (1853-1861) – durante o curto governo do Visconde de Pinheiro (SANTOS, 1973, p. 63-94), passando a ser conhecida por Muximinha, em homenagem a Nossa Senhora da Muxima. Contudo a tal Duquesa d’Aosta, agora instalada em Luanda – primeiro dando aulas “num colégio de uma Dona Isabel Rogério, no Largo do Rufino” (SAN BRUNO, 1929, p. 326), depois vivendo na Ilha, onde adquirira algumas cubatas com o dinheiro que amealhou e, já conhecida por Velha Magra, se dedica ao ofício de lavadeira por conta dos oficiais de marinha dos vasos de guerra ancorados na baía –, jamais desistirá de solicitar, em vão, a Francisca Vitória, que lhe entregue a Muximinha.

A Velha Magra assume, pois, a imagem da pecadora arrependida, aqui utilizada pelo discurso colonial português sobre Angola ao serviço da doutrina, preconizada em 1856 pelo penalista Silva Ferrão e consagrada juridicamente em 1869 por Rebelo da Silva, segundo a qual o degredado português é, perante o homem africano, o principal agente da “missão civilizadora”, sucessora liberal da “missão evangelizadora”.

Mupepe e Muximinha: o nativista desacreditado e a alegoria da Angola branca

Os percursos dos dois jovens que a Velha Magra salva do infortúnio, Mupepe e Muximinha, ele um africano letrado e ela uma filha de degredados, servirão a Emílio de San Bruno para personificar o carácter vantajoso que assumem para

a ideologia colonial portuguesa, já no século XX, por um lado a depreciação do nativismo, por outro o silenciamento do degredo.

Mupepe associa-se ao ex-degredado Pires na candidatura à Câmara Municipal de Luanda, mas ambos são desacreditados publicamente, durante uma kizomba – festa – organizada pelo próprio Pires num dos prédios da Ingombota de que é proprietário, por uma multidão enfurecida – decerto movimentada pela personagem oculta Francisco Antônio Pinto – constituída por colonos, mas igualmente por africanos despeitados com os degredados brancos que fazem filhos mulatos às mulheres negras sem com elas casarem. Acusam Pires, além disso, de crimes de burla e extorsão praticados já em território angolano, em Benguela-Velha. Não obstante a coragem que revela ao defrontar a população com um discurso independentista e defensor dos direitos da raça negra, Mupepe não consegue nesse discurso desviar-se dos preconceitos raciais ao recorrer, tal como muitos nativistas angolanos do seu tempo, a dois dos argumentos darwinistas mais paradigmáticos: a atribuição do atraso civilizacional dos negros ao clima e ao solo do continente africano e a apologia da assimilação eugenística por ação do homem branco, não a cultural e sim a física, seja a geográfica, pela transformação da natureza, seja a biológica, pelo enxerto de sangue branco nos africanos através da criação de mulatos. (SAN BRUNO, 1929, p. 229-237)

Estas convicções de Mupepe, que aspira casar com uma mulher branca, estão, aliás, na origem do seu desaparecimento da cena do nativismo angolano. Logra desposar Laura, sua aluna de piano e filha de um colono, o meteorologista Carneiro, recém-chegado a Luanda por dívidas contraídas em Lisboa. Mas Laura, que nunca quis ter um noivo negro e apenas cedeu à pressão dos pais no sentido de um casamento de conveniência, jamais deixará de zoomorfixar Mupepe, entrevendo nele sempre um sorriso selvagem e uns dentes de tigre jovem, do mesmo modo que o jovem congouês nunca deixará de dizer para si próprio:

quando te ofereceres para desposar mulher branca, ela intimamente começará a rir de ti, tendo vontade de te gritar na cara que não tens senão que olhar para um espelho para ver de que macacos és descendente. (SAN BRUNO, 1929, p. 208-211)

Por isso Mupepe, que inicialmente propusera a Laura irem viver para o musseque da Palanga, de que era proprietário, acaba por optar por embarcar com a esposa para Lisboa, acreditando que a vida na Europa o tornará “mais civilizado” e renunciando aos seus propósitos de embranquecer Angola com filhos mestiços.

Outros, contudo, ao civilizarem Angola, visam embranquecê-la. Se a Velha

Magra é um agente ativo da missão civilizadora portuguesa no litoral de Angola, desde Cabinda até ao Sumbe, passando pelas margens do Congo/Zaire (Banana, Matadi e Boma) e pela Ilha de Luanda, o seu ex-amante também o é, embora mais a sul, no distrito de Moçâmedes (Namibe). Desembarcara inicialmente em Luanda, onde durante algum tempo suportara as agruras da reclusão no depósito de degredados da Fortaleza de S. Miguel, sendo depois, à semelhança de tantos outros, libertado para se embrenhar como comerciante do mato no sul de Angola, até se tornar capitão de um iate de cabotagem, o Flor-de-Maria, por conta da viúva de um dos primeiros colonos portugueses instalados em Moçâmedes, decerto componente de uma das duas primeiras levas, vindas de Pernambuco, respectivamente, em 1849 e em 1850, que antecederam os pescadores olhanenses e poveiros, chegados só a partir da década de 1860 (TORRES, 1950, p. 166-234; MILHEIROS, 1972, p. 201-205; SILVA, 1973, p. 41-94). O Flor-de-Maria efetuava periodicamente, de Moçâmedes para Luanda e para Santo António do Zaire (Soyo), o transporte do peixe salgado nas armações da rica viúva e dos frutos e legumes produzidos nas suas quintas. Essas viagens permitiram ao capitão do iate cruzar-se por várias vezes nas ruas de Luanda com a pequena Muximinha, a órfã do casal de degredados de Novo Redondo, cuja condição de criança branca “descalça e de panos, como uma muleca” (SAN BRUNO, 1929, p. 70) – ou seja, Francisca Vitória tratava-a como às molecas, as escravas forras Quiatunda e Catela, que vendiam panos nas quitandas de Luanda por sua conta – o impressionou ao ponto de, depois de haver adquirido uma casa de adobe na propriedade da patroa, levar a rapariga, então já com dezessete anos de idade, para Moçâmedes, e cuidar dela como uma filha (SAN BRUNO, 1929, p. 313 e p. 322). É, aliás, por intermédio de Muximinha que a Velha Magra sabe da presença em Angola do seu antigo amante e consegue fazer-lhe chegar, já moribunda, um bilhete onde lhe suplica um derradeiro encontro que se realizará na sua cubata na Ilha de Luanda. Arrependida dos pecados que cometera, a filha do general Palma sucumbe nos braços daquele que em tempos atraíçoa e que, por sua vez, decide instalar-se definitivamente em Moçâmedes como agricultor, junto de Muximinha, na esperança de vir a desposar a filha da patroa, igualmente viúva.

Importa agora salientar que Antônia Muximinha, cujo nome associa curiosamente o do santo casamenteiro português com o do santuário da Muxima, no Sêxi, a 135 km de Luanda – recorde-se que *muxima*, em kimbundu, significa coração, daí que Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Igreja do Sêxi, tenha passado a ser conhecida por Nossa Senhora da Muxima, mercê de haver sido considerada pelas populações da região a *múkua-mâka-ma-muxima* – a

confidente do coração (RIBAS, 1998, p. 208) –, uma branca nascida e educada em Angola, órfã de degredados e filha adotiva em espírito de dois outros degredados que se amaram mas cujo amor foi aniquilado pela tragédia, emerge no romance como um duplo ou desdobramento da heroína, a Velha Magra da Ilha de Luanda, à maneira dos heróis míticos (DURAND, 1981, p. 180). Falecida a Velha Magra, Muximinha vai dar continuidade à sua obra civilizadora em Angola, mas impondo-se-lhe por superioridade por se tratar de alguém inocente, que não pecou nem praticou crimes – não é degredada e sim filha natural e adotiva de degredados –, e que, além disso, nasceu em território angolano, sendo suficientemente jovem para gerar filhos que o colonizem. Opera-se, pois, de uma mulher para a outra, uma transferência simbólica de valores do individual para o coletivo, mas representada ideológica e literariamente de uma perspectiva colonialista. Muximinha torna-se, por conseguinte, uma alegoria daquela que é a idealização de uma Angola portuguesa próspera, civilizada e civilizadora. De outro modo não se compreenderia, aliás, o menosprezo a que vota a sua tutora Francisca Vitória, a mestiça escravagista em decadência, pertencente a uma burguesia luandense a partir de então condenada ao ostracismo pelas autoridades coloniais.

Pelo mesmo motivo se compreende o fascínio que Muximinha, a dupla da heroína, exerce permanentemente sobre o guarda-marinha Paulo, o duplo do narrador, que a equipara em beleza exótica às andaluzas de Cádiz, com as quais já se cruzara no romance **Gadir e Maurítânia**, e procura atribuir-lhe uma sensualidade híbrida ao descrevê-la, ainda que vestida de panos, “com o seu perfil de latina, o seu nariz retilíneo de narinas finas”, os olhos de “uma languidez que cativava” e “os cabelos curtos e aloirados, de um loiro quente quase castanho.” (SAN BRUNO, 1929, p. 74). Adiante, aliás, preconizando o silenciamento da memória sinistra do progenitor de Muximinha, Paulo não hesita em elevá-la à categoria de mulher ideal em Angola:

Aquela criança teria futuro digno e honesto; as consequências longínquas e ignoradas do crime do pai não a atingiriam. Seria mais uma linda e honesta colonial. (...) Era de jovens e honestas coloniais que Portugal necessitava para semente futura de dignas esposas dos portugueses que iriam para lá com “vontade firme de colonizar”. (...) E a Muximinha seria o símbolo da nova geração colonizadora de raça portuguesa, modesta e activa, digna e triunfadora. (SAN BRUNO, 1929, p. 314)

Mas Paulo, todavia, limita-se a amar Muximinha de maneira platônica, acabando por dela se afastar na prossecução da sua carreira militar. Um capítulo

adicional intitulado “Posfácio” (SAN BRUNO, 1929, p. 336-354) demonstrará que Paulo, embora tenha errado em não ficar em Angola para desposar Muximinha, acertara contudo nos prognósticos a seu respeito, porquanto ela ressurgiu nessas últimas páginas, já na década de 1920 e com cerca de cinquenta anos de idade, na qualidade de esposa de um rico fazendeiro do planalto de Benguela, servida por um empregado doméstico chamado Fernando, que tudo leva a crer ser um muxiluanda afilhado da Velha Magra, e de um motorista de luvas brancas que, na infância, foi um libolo selvagem.

Doravante a Velha Magra da Ilha de Luanda mais não é do que uma lenda esquecida, evocada pelas personagens intervenientes neste “Posfácio” através de um manuscrito poeirento encontrado por uma delas. Acima dela e obnubilando-a impõe-se a Muximinha, num tempo em que, não obstante o degredo não haver sido ainda abolido – só o será, repita-se, em 1932 –, a imagem do degredado já é anatemizada pela sociedade portuguesa e o discurso colonial visa apagá-la da memória coletiva.

Résumé

Quatre-vingts années après la publication de **A Velha Magra da Ilha de Luanda, Cenas da vida colonial**, de Emílio de San Bruno, nous prétendons montrer, à travers l’analyse de ce roman, écrit et publié au Portugal en 1929 et en se rapportant sur l’Angola au XIX^{ème} siècle, comment est-ce qu’une oeuvre littéraire peut devenir un moyen d’imposition des silences de la mémoire collective et rompre simultanément les mêmes silences de l’histoire. Cet article vise à identifier spécifiquement les silences qui concernent la mémoire du nativisme et de la déportation dans la colonisation de l’Angola.

Mots-clés: Littérature Coloniale; Histoire; Mémoire; Angola; Nativisme; Déportation.

Referências

BENDER, Gerald J. **Angola sob o domínio português**. Mito e realidade. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Ana a Manda**. Os filhos da rede. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

- CORTESÃO, Armando Zuzarte. Editorial. **Boletim da Agência Geral das Colónias**. Lisboa, Ano 6, n. 55, Jan. 1930. p. 84-95.
- DURAND, Gilbert. **Figures mythiques et visages de l'oeuvre**. Paris: Berg International Editeurs, 1981.
- FERRO, Marc. **A história vigiada**. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOMES, Aldónio; CAVACAS, Fernanda. **Dicionário de autores de literaturas africanas de língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- GONZAGA, Norberto. **Angola**. Pequena monografia. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- LE GOFF, Jacques. **Memória**. Tradução de Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2000. (História e memória, v. II).
- MAGALHÃES, José Calvet de. **Breve história diplomática de Portugal**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000.
- MARINHO, Maria de Fátima. **O romance histórico em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MENDONÇA, Fátima. **Zambeziana** ou o discurso exótico a várias vozes: comentário crítico. In: SAN BRUNO, Emílio de. **Zambeziana**. Cenas da vida colonial. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999.
- MILHEIROS, Mário. **Índice histórico-corográfico de Angola**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.
- MOURALIS, Bernard. **As contra-literaturas**. Tradução de António Filipe Rodrigues Marques e João David Pinto Corrêa. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- NOA, Francisco. **Império, mito e miopia**. Moçambique como invenção literária. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- PÈLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**. Resistência e revoltas 1845-1941. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, v. I, 1986a.
- PÈLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**. resistência e revoltas, 1845-1941. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, v. II, 1986b.
- PINTO, Alberto Oliveira. **Cabinda e as construções da sua história**. 1783-1887. Lisboa: Dinalivro, 2006.

PINTO, Alberto Oliveira. O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951): colonialismo e propaganda. **Clio**, Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, v. 7, 2002. p. 191-256.

PINTO, Francisco António. **Angola e Congo**. Lisboa: Livraria Ferreira, 1888.

REGO, António da Silva. **O ultramar português no século XIX**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.

RIBAS, Óscar. **Dicionário de regionalismos angolanos**. Matosinhos: Contemporânea Editora, 1998.

SAN BRUNO, Emílio de. **A Velha Magra da Ilha de Luanda**. Cenas da vida colonial. Lisboa: Tipografia, 1929.

SAN BRUNO, Emílio de. **Zambeziana**. Cenas da vida colonial. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999 [Edição Portuguesa de 1927].

SANTOS, José de Almeida. **A alma de uma cidade**. Luanda: Câmara Municipal de Luanda, 1973.

SILVA, João de Matos e. **Contribuição para o estudo da região de Cabinda**. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1904.

SILVA, Raul José Candeias da. **Subsídios para a história da colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

TORRES, Manuel Júlio de Mendonça. **O Distrito de Moçâmedes nas fases da origem e da primeira organização (1485-1859)**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1950.

TRIGO, Salvato. **Ensaio de literatura comparada afro-luso-brasileira**. Lisboa: Vega, 1986.

ZAU, Filipe. **Marítimos africanos e um clube com história**. Lisboa: Universitária Editora, 2005.